

À acionista

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 01 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

F.D.A. GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.
CNPJ 35.742.218/0001-04



I. A COMPANHIA

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

I.1. FDA em números

	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	2.425.999	895.047	171,0
Caixa e equivalentes de caixa	61.545	353.241	(82,6)
Títulos e valores mobiliários	17.941	16.388	9,5
Receita operacional bruta	628.611	847.270	(25,8)
Deduções da receita	(68.538)	(91.821)	(25,4)
Receita operacional líquida	560.073	755.449	(25,9)
Custos e despesas operacionais	(354.249)	(432.953)	(18,2)
Resultado das atividades	205.824	322.496	(36,2)
Ebitda ou Lajida (a)	325.058	450.228	(27,8)
Resultado financeiro	26.763	26.634	0,5
IRPJ/CSLL	76.874	115.615	(33,5)
Lucro operacional	232.587	349.130	(33,4)
Lucro líquido do exercício	155.713	233.515	(33,3)
Patrimônio líquido	2.186.403	634.052	244,8
Dividendos	147.927	221.839	(33,3)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,0	2,0	(50,0)
Liquidez geral (índice)	0,8	1,8	(55,6)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	58,0	59,6	(2,7)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	41,5	46,2	(10,2)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	27,8	30,9	(10,0)
Participação de capital de terceiros (%)	9,9	29,2	(66,1)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	24,6	41,5	(40,7)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A F.D.A. realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia. Informações adicionais sobre Gestão ESG podem ser encontradas no Relatório de Administração da Copel.

A Companhia segue as diretrizes da Copel nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) - que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da *Securities and Exchange Commission* - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

Após sua transformação em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação"), a Copel deu continuidade à adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa, aperfeiçoando seus instrumentos e buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

2.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Fazem parte do Programa de Integridade, o Código de Conduta, que foi revisado e atualizado em 2024, incorporando as mudanças decorrentes da transformação da Copel em corporação e melhores práticas de mercado e o Canal de Denúncia, que registra qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém canais de manifestação específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

2.2. Dimensão Social

Consciente de seu papel na sociedade, a Copel desenvolve programas e ações voltados ao bem-estar das comunidades,

alinhados às expectativas de seus públicos e a diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU. A Companhia busca alternativas que promovam desenvolvimento social, mesmo ao implementar novos empreendimentos que gerem empregos e receitas, mas que possam exigir mitigação de impactos.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da F.D.A. com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a eficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima, é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

3. Desempenho Operacional

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Areia) com a assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 567,6 MW médios.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

Em agosto de 2023 ocorreu a transformação da Copel, Controladora indireta da FDA, em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação). Em decorrência dessa operação, a Copel cumpriu com os requisitos para fins de obtenção de novo contrato de concessão para a usina de GBM, nos termos da Lei nº 9.074/1995.

No dia 18.11.2024 foi celebrado junto ao poder concedente o Contrato de Concessão nº 001/2024 - Aneel - F.D.A. Geração de Energia Elétrica, que renovou por 30 anos a concessão da Usina GBM, mediante pagamento de bônus de outorga no valor de R\$ 1,84 bilhão.

Usina em operação em 31.12.2024 - Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Potência Instalada (MW) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676,0	567,6	100%	1.676,0	567,6	01.10.1980	19.11.2054
TOTAL	1.676,0	567,6		1.676,0	567,6		

Garantia Física Realizada e Esperada

Garantia física GWh/ano proporcional	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	5.045,5	4.972,2	4.972,2	4.972,2	4.985,8	4.972,2	4.972,2
TOTAL	5.045,5	4.972,2	4.972,2	4.972,2	4.985,8	4.972,2	4.972,2

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usinas	Modelo de Negócio em 1º/Jan/2025	Preço no ACR em 1º/Jan/2025	Data e índice de reajuste no ACR
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	100% ACL	não aplicável	não aplicável

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2024, a Receita Operacional Líquida teve decréscimo de R\$ 195.376, representando 25,9% de redução em relação a 2023, decorrente principalmente do menor preço na venda de energia em contratos com a Copel Mercado Livre (ambiente ACL).

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, tiveram redução de R\$ 78.704, representando 18,2% de redução em relação a 2023, devido principalmente a redução da energia elétrica comprada para revenda junto a CCEAT:

	2024		2023		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	10.066	(51,917)	61.983	(83,8)	(51.917)	(83,8)
Encargos de uso da rede elétrica	158.426	(801)	159.227	(0,5)	(801)	(0,5)
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	2.434	(958)	3.392	(28,2)	(958)	(28,2)
Material	1.553	(91)	1.644	(5,5)	(91)	(5,5)
Serviços de terceiros	35.633	3.581	32.052	11,2	3.581	11,2
Depreciação e amortização	119.234	(8.498)	127.732	(6,7)	(8.498)	(6,7)
Taxa de fiscalização da Aneel	7	(43)	50	(86,0)	(43)	(86,0)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	28.896	(19.977)	46.873	(42,6)	(19.977)	(42,6)
TOTAL	354.249	(42,6)	432.953	(18,2)	(78.704)	(18,2)

4.3. EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Lucro líquido	155.713	233.515	245.421
Despesas com tributos sobre os lucros	76.874	115.615	123.452
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(26.763)	(26.634)	(24.714)
Lajir/Ebit	205.824	322.496	344.159
Depreciação e Amortização	119.234	127.732	134.432
Lajida/Ebitda	325.058	450.228	478.591
Receita Operacional Líquida - ROL	560.073	755.449	743.002
Margem do Ebitda% (Ebitda + ROL)	58,0%	59,6%	64,4%

O Ebitda da Companhia em 2024 apresentou redução de R\$ 125.170 ou 27,8% em relação a 2023, impactado principalmente pela redução de receita (menor preço no ambiente de contratação ACL) compensado parcialmente pela menor compra de energia.

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 129 mantendo-se estável em relação ao ano passado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.545	353.241
Clientes	5.1	76.636	84.309
Outros créditos	5.2	6.595	252
Imposto de renda e contribuição social	6	134	2.586
Outros tributos a recuperar	6	1.035	1.180
Estoques		-	16
Despesas antecipadas	20	420	578
		146.365	442.162
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	17.941	16.388
Outros tributos a recuperar	6	1.614	675
Outros créditos	5.2	34.860	1.859
		54.415	18.922
Imobilizado Intangível			
Direito de uso de ativos		237	-
		2.279.634	452.885
TOTAL DO ATIVO		2.425.999	895.047

Balancos Patrimoniais

PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	520	865
Fornecedores	10.1	21.548	23.045
Imposto de renda e contribuição social	6	72.506	122.906
Outras obrigações fiscais	6	5.255	4.871
Dividendos a pagar	14.3	36.982	55.460
Encargos setoriais a recolher		855	1.177
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	3.827	369
Contas a pagar vinculadas à concessão	11	2.073	-
Passivo de arrendamento		186	-
Outras contas a pagar	10.2	9.682	9.311
		153.434	218.004
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	10.513	35.267
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	6.488	7.724
Contas a pagar vinculadas à concessão	11	69.125	-
Passivo de arrendamento		36	-
		86.162	42.991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	2.009.508	409.508
Reserva legal	14.2	65.950	58.164
Dividendo adicional proposto	14.4	110.945	166.380
		2.186.403	634.052
TOTAL DO PASSIVO		2.425.999	895.047

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Receitas operacionais	15	560.073	755.449
Custos Operacionais		(373.435)	(423.760)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		186.638	331.689
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas		(7)	(2)
Despesas gerais e administrativas		(3.282)	(4.647)
Outras despesas operacionais		22.475	(4.544)
		19.186	(9.193)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		205.824	322.496
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	28.941	27.294
Despesas financeiras		(2.178)	(660)
		26.763	26.634
LUCRO OPERACIONAL		232.587	349.130
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	6	(101.628)	(153.372)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.754	37.757
		(76.874)	(115.615)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		155.713	233.515
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
	14.5	0,26232	0,57024

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	155.713	233.515
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	155.713	233.515

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023		409.508	46.488	107.172	-	563.168
Lucro líquido do exercício		-	-	-	233.515	233.515
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	(107.172)	-	(107.172)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal		-	11.676	-	(11.676)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.3	-	-	-	(55.459)	(55.459)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	166.380	(166.380)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		409.508	58.164	166.380	-	634.052
Lucro líquido do exercício		-	-	-	155.713	155.713
Aumento de capital		1.600.000	-	-		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		155.713	233.515
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos não realizados - líquidas		2.177	659
Depreciação e amortização		119.292	127.732
Imposto de renda e contribuição social	6.3	101.628	153.372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	(24.754)	(37.757)
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.1	5.104	7.127
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		7	2
Resultado das baixas do imobilizado	8.2	7.141	27
		366.308	484.677
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		7.666	4.453
Estoque		16	(16)
Outros créditos		(39.344)	(1.634)
Imposto de renda e contribuição social		2.452	(966)
Outros tributos a recuperar		(794)	(9)
Despesas antecipadas		158	20
		(29.846)	1.848
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(345)	(48)
Fornecedores		(1.497)	(334)
Outras obrigações fiscais		384	(591)
Encargos setoriais a recolher		(322)	(1.166)
Pesquisa e desenvolvimento	12.1	(3.442)	(5.587)
Outras contas a pagar		371	1.622
		(4.851)	(6.104)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Imposto de renda e contribuição social pagos		331.611	480.421
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(152.028)	(161.341)
		(10)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		179.573	319.080
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(1.553)	(1.638)
Aquisições de imobilizado		(6.794)	(15.675)
Aquisições de intangível	9	(1.840.924)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(1.849.271)	(17.313)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(159)	-
Aumento de capital		1.600.000	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(221.839)	(233.150)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		1.378.002	(233.150)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(291.696)	68.617
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	353.241	284.624
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	61.545	353.241
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(291.696)	68.617

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

A F.D.A Geração de Energia Elétrica SA. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (UHE GBM ou Foz do Areia), usina com potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 567,6 MW médios.

Renovação das concessões

A transformação da Copel em "Corporação" possibilitou, nos termos da Lei 9.074/95 a renovação integral da Concessão da Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM ("Foz do Areia") por 30 anos contados a partir da assinatura do novo contrato de concessão que fora celebrado em 19.11.2024.

Em 21.11.2024 foi realizado o pagamento do bônus de outorga pela renovação das concessões, no valor atualizado de R\$ 1.840.358, nos termos da Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda - MME/MF nº 01, de 30.03.2023 (NE nº 9).

A partir de novembro de 2024, tendo em vista a continuidade das operações, a totalidade dos ativos vinculados a esta usina, inclusive o bônus de outorga, passaram a ser depreciados e/ou amortizados de forma linear pelo prazo de vida útil estabelecido pela Aneel. Caso esse prazo exceda o vencimento do contrato de concessão, será utilizado o prazo do contrato, sem valor residual.

O novo contrato de concessão foi pactuado pelo regime de exploração de Produção Independente de Energia (PIE) e terá pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP por cinco anos (NE nº 11).

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee (IFRIC Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 01.04.2025.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nºs 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.4 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.5 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.6 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.7 - Reconhecimento da receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nºs 3.8 e 6.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.
- NEs nº 3.9 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos.

2.4 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificadas eventuais condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes da concessão pública de longo prazo; (ii) valor do patrimônio líquido (iii) geração de caixa operacional; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Com-

panhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo. A Companhia conta com o suporte financeiro da Controladora, portanto, sem prejuízos à capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Contas a pagar vinculadas à concessão

Referem-se aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial da obrigação é feito na data da assinatura do contrato de concessão e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (Generation Scaling Factor - GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do novo prazo de concessão.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.7 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornado.

3.8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constituiu crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.9 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2024
Ativo não circulante					
Provisão para P&D e PEE	1.477	-	1.477	-	1.477
Perdas de créditos esperadas (PECLD)	2	1	3	2	5
Instrumentos financeiros	-	-	-	1.718	1.718
IFRS 16 - Arrendamentos	-	-	-	75	75
Provisões de passivo omissão	1.231	(109)	1.122	(13)	1.109
ACT - Acordo Coletivo do Trabalho	-	-	-	12	12
Uso do Bem Público - Geração e AVP	-	-	-	678	678
	2.710	(108)	2.602	2.472	5.074
(-) Passivo não circulante					
Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)	75.735	(37.866)	37.869	(31.591)	6.278
Diferimento de ganho de capital	-	-	-	9.228	9.228
IFRS 16 - Arrendamentos	-	-	-	81	81
	75.735	(37.866)	37.869	(22.282)	15.587
Líquido	(73.025)	37.758	(35.267)	24.754	(10.513)

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2025	2.066	(860)
2026	868	(780)
2027	130	(780)
2028	130	(780)
2029	130	(780)
2030 a 2032	390	(1.579)
a partir de 2033	1.360	(10.028)
	5.074	(15.587)

7. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 3 a 30 meses a partir do final do período de relatório

Categoria	Indexador	31.12.2024	31.12.2023
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,0 a 98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	17.941	16.388

definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.10 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir de 1º.01.2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback"; e
- CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027); e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBlO) (a partir de 1º.01.2025);
- CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	373	4.861
Aplicações financeiras de liquidez imediata	61.172	348.380
	61.545	3

8. Imobilizado

8.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Depreciação		Saldo em		Depreciação		Saldo em	
	Custo	acumulada	31.12.2024	Custo	acumulada	31.12.2023	Custo	acumulada
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	2.337.872	(2.336.519)	1.353	2.337.872	(2.336.462)	1.410		
Máquinas e equipamentos	586.678	(312.571)	274.107	583.007	(302.774)	280.233		
Edificações	533.621	(528.999)	4.622	654.260	(642.938)	11.322		
Terrenos	14.990	(83)	14.907	15.193	-	15.193		
Móveis e utensílios	461	(365)	96	1.351	(1.115)	236		
	3.473.622	(3.178.537)	295.085	3.591.683	(3.283.289)	308.394		
Em curso								
Custo	10.915	-	10.915	10.133	-	10.133		
	10.915	-	10.915	10.133	-	10.133		
	3.484.537	(3.178.537)	306.000	3.601.816	(3.283.289)	318.527		

8.2 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em		Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em	
	1º.01.2024	31.12.2024					1º.01.2023	31.12.2023
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	1.410	-	(57)	-	-	-	1.353	
Máquinas e equipamentos	280.230	-	(11.262)	(168)	5.307	274.107		
Edificações	11.323	-	(750)	(6.586)	635	4.622		
Terrenos	15.193	-	(83)	(221)	18	14.907		
Móveis e utensílios	241	-	(28)	(166)	49	96		
	308.397	-	(12.180)	(7.141)	6.009	295.085		
Em curso								
Custo	10.130	6.794	-	-	(6.009)	10.915		
	10.130	6.794	-	-	(6.009)	10.915		
Total	318.527	6.794	(12.180)	(7.141)	-	306.000		

Consolidado	Saldo em		Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em	
	1º.01.2023	31.12.2023					1º.01.2023	31.12.2023
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	1.465	-	(56)	-	-	1.409		
Máquinas e equipamentos	285.479	-	(11.054)	(15)	5.815	280.225		
Edificações	12.461	-	(1.139)	-	-	11.322		
Terrenos	15.203	-	-	(10)	-	15.193		
Móveis e utensílios	260	-	(39)	(2)	26	245		
	314.868	-	(12.288)	(27)	5.841	308.384		
Em curso								
Custo	299	15.675	-	-	(5.841)	10.133		
	299	15.675	-	-	(5.841)	10.133		
Total	315.167	15.675	(12.288)	(27)	-	318.527		

A Administração da Companhia não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2024 e de 2023.

8.3 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2024	31.12.2023
Geração		
Edificações	3,42	3,24
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos (a)	2,62	3,40
Geradores	3,33	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras (b)	3,14	3,59
Turbina hidráulica (b)	2,94	3,35

(a) Nova estimativa de vida útil devido à renovação da Concessão
(b) utilizações ocorridas em 2024

Para a usina com regime de exploração de PIE, a totalidade dos ativos, inclusive terrenos, vinculados a usina de geração de energia elétrica hidrica são depreciados e/ou amortizados de forma linear pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil de cada ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão da usina, sem valor residual ao final da concessão.

Tendo em vista a renovação da concessão detalhada na NE nº 1, foi necessário reavaliar a estimativa de vida útil dos ativos existentes da usina Foz do Areia. A mudança de estimativa contábil foi tratada de forma prospectiva e o impacto no resultado, comparado com a depreciação que seria registrada se não houvesse a renovação da concessão, é de acréscimo no total da depreciação de R\$ 197 em 2024, de aproximadamente R\$ 12,6 milhões por ano até 2028, R\$ 116,028 de 2029 a 2038 e R\$ 128,447 de 2039 a 2054.

9. Intangível

Controladora	Em serviço	Em curso	Total
Em 1º.01.2023			
Quotas de amortização - concessão (a)	230.934	-	230.934
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(115.490)	-	(115.490)
	(8)	-	(8)
Em 31.12.2023	115.436	-	115.436
Aquisições	-	566	566
Bônus de Outorga (NE nº 1)	1.840.358	-	1.840.358
Adições - renovação das concessões (NE nº 1)	69.590	-	69.590
Quotas de amortização - concessão (a)	(106.960)	-	(106.960)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(8)	-	(8)
Em 31.12.2024	1.918.416	566	1.918.982

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.
(b) Taxa anual de amortização: 20%.

Tendo em vista a renovação da concessão detalhada na NE nº 1, foi registrado o valor do bônus de Outorga que será amortizado pelo prazo das concessões, de 30 anos. Adicionalmente, para o ativo da usina que já estavam registrados no intangível, foi necessário reavaliar a estimativa de vida útil. A mudança de estimativa foi tratada de forma prospectiva e o impacto no resultado, comparado com a amortização que seria registrada se não houvesse a renovação da concessão, é de redução no total da amortização de R\$ 19,068 em 2024, de aproximadamente R\$ 639 por ano até 2028, R\$ 3.196 de 2029 a 2033 e de aumento de R\$ 13.315 de 2034 a 2054.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em 2024 e 2023.

10. Fornecedores e Outras contas a pagar

10.1 Fornecedores

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica - CCEE	-	64
Energia elétrica - Copel Comercialização	13	-
Materiais e serviços	2.895	3.681
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	4.499	4.131
Encargos de uso da rede elétrica	13.721	14.748
Encargos de uso da rede elétrica - Copel GeT	420	421
	21.548	23.045

10.2 Outras contas a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	8.809	9.084
Taxa de fiscalização Aneel	142	173
Outras obrigações	733	54
	9.682	9.311

11. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	31.12.2024	31.12.2023
(1) UHE FDA	FDA	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	IPCA	71.198	-
							71.198	-
							Circulante	2.073
							Não Circulante	69.125

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa de desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União:

(1) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor que será definido anualmente pela ANEEL, pelo prazo de 5 anos a partir do 13º mês da assinatura do contrato de concessão. A Concessionária deverá declarar o valor, em reais, da receita anual auferida no período anterior ao ano de competência referente à energia comercializada pela Usina Hidrelétrica, para fins de cálculo do valor anual a ser recolhido, conforme Cláusula 4º, Subcláusula Décima dos Contratos de Concessão 002/2024.

O novo contrato de concessão da usina Foz do Areia (FDA) celebrado em 19.11.2024 foi pactuado pelo regime de exploração de Produção Independente de Energia (PIE) e terá pagamentos mensais pelo Uso do Bem Público - UBP por cinco anos (NE nº 1). Deste modo, na data da assinatura do contrato de concessão foi registrado a obrigação em contrapartida ao ativo intangível, correspondente ao valor presente do fluxo de caixa da estimativa de pagamentos futuros.

11.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

	Total
Em 31.12.2023	
Outorga Aneel - uso do bem público	69.590
Ajuste a valor presente	719
Varição monetária	889
Em 31.12.2024	71.198

11.2 Valor nominal e valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2025	3.079	2.073
2026	18.476	12.073
2027	18.476	13.149
2028	18.476	14.314
2029	18.476	15.574
Após 2029	15.396	14.015
	92.379	71.198

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
FNDCT	-	335	-	335	205
MME	-	167	-	167	103
P&D	4.680	100	5.033	9.813	7.785
	4.680	602	5.033	10.315	8.093
			Circulante	3.827	369
			Não Circulante	6.488	7.724

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

13. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritas na NE nº 3.6 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2024 a Companhia não apresenta provisões para litígios, bem como não possui passivos contingentes.

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

Em 31.12.2024, o capital social integralizado é de R\$ 2.009.508 (R\$ 409.508 em 31.12.2023) é composto por 2.009.508.879 (409.508.879 em 31.12.2023) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT. Foi aprovado em 2024 aumento de capital no valor de R\$1.600.000 por meio da integralização de Capital Social.

14.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

14.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	155.713	233.515
Reserva legal (5%)	(7.786)	(11.676)
	147.927	221.839
Dividendos propostos		
Dividendos mínimo obrigatório	36.982	55.459
Dividendo adicional proposto	110.945	166.380
	147.927	221.839

16. Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(10.066)	-	-	-	(10.066)	(61.983)
Encargos de uso da rede elétrica	(158.426)	-	-	-	(158.426)	(159.227)
Pessoal e administradores	-	-	(2.116)	-	(2.116)	(3.036)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(318)	-	(318)	(356)
Material	(1.547)	-	(6)	-	(1.553)	(1.644)
Serviços de terceiros	(35.069)	-	(564)	-	(35.633)	(32.052)
Depreciação e amortização	(119.082)	-	(152)	-	(119.234)	(127.732)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(1.892)	(1.892)	(1.637)
Arrendamentos e aluguéis	(89)	-	(1)	-	(90)	-
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(7)	-	-	(7)	(2)
Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.hídricos	(47.717)	-	-	-	(47.717)	(36.847)
Outros custos/receitas e despesas operacionais (16.1)	(1.449)	-	(125)	24.367	22.793	(8.437)
	(373.435)	(7)	(3.282)	22.475	(354.249)	(432.953)

16.1 Outros custos/receitas e despesas operacionais

No total apresentado no quadro está contemplado o montante de R\$ 26.901 referente ao ganho decorrente do processo de alienação de ativos inservíveis às concessões da FDA. A operação, concluída em setembro de 2024 com a assinatura dos contratos de compra e venda, foi realizada a venda de imóveis localizados próximo da usina hidrelétrica. O valor total da operação comercial de venda dos ativos foi de R\$ 34.436, dos quais R\$ 722 foram recebidos em 2024, e o saldo, acrescido de juros e correção monetária, será recebido em até 10 anos, podendo ser antecipado tendo em vista a prioridade das vendedoras na geração de caixa dos empreendimentos, conforme previsto em contrato. O saldo a receber, registrado na rubrica de outros créditos (NE nº 5.2), está garantido pela alienação fiduciária dos respectivos imóveis.

17. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	28.327	28.269
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.406)	(1.331)
Outras receitas financeiras	2.020	356
	28.941	27.294
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 12.1)	560	659
Varição monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 11.1)	1.609	-
Outras despesas financeiras	9	1
	2.178	660
Líquido	26.763	26.634

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	61.545	61.545	353.241	353.241
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2</				

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta de energia em 2025 esteja minimizado. Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

18.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia, a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL que é o caso da Companhia, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

18.2.6 Risco de não prorrogação da concessão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020.

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG - Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP - Receita Anual Permitida).

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e nº 11.307/2022, que regulamentou a outorga de novo contrato de concessão de geração de energia elétrica associada à privatização de concessionária sob controle direto ou indireto da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município.

Em 19.11.2024, foi celebrado com o Poder Concedente o novo Contrato de Concessão nº 01/2024 da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM ("Foz do Areia") pelo prazo de 30 anos, decorrente do processo de transformação da Copel em "Corporação" (NE nº 1).

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2025	252.400
Seguro D&O (a)	28.03.2026	154.808

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923.

Curitiba, 01 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FERALDO
Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA
Contador - CRC-PR-058084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da FDA de 31.12.2024; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da FDA de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 01 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FERALDO
Diretor Administrativo-Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de

a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/F-6

Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7

19. Transações com Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)								
Dividendos	-	-	36.982	55.460	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	386	652	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	4.500	4.131	-	-	(28.028)	(26.731)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	13	-	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	133	175	-	-	-	-
Consumo de energia	-	-	-	-	-	-	(77)	(77)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	-	38	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	43.514	52.393	-	-	537.888	800.879	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(9.768)	(41.472)
Nova Asa Branca I Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	924	-	-
Nova Asa Branca II Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	798	-	-
Nova Asa Branca III Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	718	-	-
Nova Eurus IV Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	1.049	-	-
GE Boa Vista								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	413	-	-
GE Farol								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	367	-	-
GE Olho D'Água								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	1.541	-	-
GE São Bento do Norte								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	1.875	-	-
Central Eólica SRMN I SA								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	74	-	-	-
Central Eólica SRMN II SA								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	106	-	-
Central Eólica SRMN III SA								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	124	-	-	-
Central Eólica SRMN IV SA								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	81	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (b)	-	-	-	-	-	-	(125)	(270)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(10)	(11)
Outras partes relacionadas (c)								
Lactec	-	-	-	-	-	-	(145)	(1.027)
Companhia de Saneamento do Paraná							(54)	(44)
Simepar	-	-	-	83	-	-	(996)	(996)

(a) despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora. As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

(b) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

(c) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a FDA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Sanepar é uma entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

